
Artigo Científico

Psicopedagogia: limites e possibilidades a partir de relatos de profissionais

Psychopedagogy: limits and possibilities according from the professionals experiences

Maria Regina Peres[✉] e Maria Helena Mourão Alves Oliveira[✉]

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, SP, Brasil.

Resumo

A psicopedagogia tem sido uma das áreas de conhecimento que tem gerado grande interesse nos profissionais ligados à educação. Este trabalho tem por objetivo investigar a prática do professor - psicopedagogo, seus desafios, suas limitações, suas possibilidades, frente ao cotidiano da atuação psicopedagógica preventiva em instituições regulares de ensino. São sujeitos dez professores – psicopedagogos de diferentes instituições de ensino. O material utilizado é um questionário de entrevista semi estruturada. Os resultados mostram que 100% dos sujeitos são do sexo feminino, entre 26 a 50 anos. As contribuições obtidas para melhores resultados na atuação nesta área são diminuição do número de alunos nas classes, necessidade da continuidade de estudos, melhor compreensão sobre as possibilidades de realização do diagnóstico psicopedagógico institucional, valorização de uma atuação conjunta com diversos profissionais, ampliação de psicopedagogos em espaços institucionais. © Ciências & Cognição 2007; Vol. 12: 115-133.

Palavras-chave: *psicopedagogia; aprendizagem; prevenção; professor – psicopedagogo; atuação psicopedagógica.*

Abstract

Psychopedagogy has been one of the areas of knowledge that has created great interest in professionals attached to education. This work has as its objective to investigate the practice of teacher/psychopedagogue; his challenges, his limitations, his possibilities concerning the day-to-day routine of preventive psychopedagogy in regular educational institutions. The subjects studied are ten teacher/psychopedagogues from different educational institutions. The material used was a questionnaire of semi-structured interviews. The results show that 100% of the subjects are of the feminine sex between the ages of 26 and 50. The contributions obtained for better results in performance in this area are: diminishing the number of students in the classroom, the necessity of continuing studies, better comprehension concerning the possibilities of institutional psychopedagogic diagnosis, valuing the unified performance of several professionals, and elevating the number of psychopedagogues in educational institutions. © Ciências & Cognição 2007; Vol. 12: 115-133.

[✉] - **M.R. Peres** é Graduada em Biologia (PUC-Campinas) e Pedagogia (ASMEC), Mestre em Metodologia do Ensino (Universidade Estadual de Campinas) e Doutoranda em Psicologia (PUC-Campinas). Atualmente é Professora da Faculdade de Educação e Coordenadora de Curso de Especialização em Psicopedagogia (PUC-Campinas). É integrante do Grupo de Pesquisa Aprendizagem, Linguagem e Leitura (PUC-Campinas). *E-mail* para correspondência: peresmare@hotmail.com. **M.H.M.A. Oliveira** é Graduada em Fonoaudiologia (PUC-São Paulo), Mestre em Psicologia Escolar (PUC-Campinas) e Doutora em Psicologia Ciência e Profissão (PUC-Campinas). Atualmente é Professora Titular (PUC-Campinas) e Líder do Grupo de Pesquisa Aprendizagem, Linguagem e Leitura (PUC-Campinas). *E-mail* para correspondência: maria.marimourao@gmail.com.

Key Words: *psychopedagogy; learning ability; prevention; teacher/ psychopedagogue; psychopedagogic performance.*

Introdução

A busca pela continuidade de estudos, tem-se constituído em uma crescente necessidade quer seja, por questões pessoais e/ou profissionais. Esta constatação nos motivou a realizar este trabalho considerando que uma das áreas de conhecimento que têm apresentado grande demanda para a continuidade de estudos, entre os profissionais oriundos de cursos de formação de professores, tem sido a área de psicopedagogia.

Ao se considerar a importância da formação continuada para profissionais de diversas áreas, destacamos as idéias de Batista (2000), ao enfatizar a demanda histórica que os cursos de especialização, ou seja, que os cursos de pós-graduação lato sensu vêm conseguindo na cultura educacional brasileira. Este crescente interesse, dentre outras questões, estaria relacionado às exigências do mercado de trabalho que, juntamente com o tempo de duração dos cursos de especialização, geralmente um ano letivo, vêm atraindo a muitos.

A psicopedagogia, concebida como uma área de conhecimento relativamente atual, historicamente apresenta como objeto de estudos, o processo de aprendizagem e suas interfaces com os vários campos de conhecimento. Atualmente, segundo Rubinstein e colaboradores (2004: 227) “o objeto de estudo da psicopedagogia contem-porânea continua sendo a aprendizagem, entretanto passa-se a valorizar a amplitude do fenômeno educacional” e mais intensamente a relação do sujeito com a aprendizagem. Considera-se assim o contexto, a situação e as interações realizadas pelo aprendiz durante o processo de ensino e aprendizagem. Diante destes referenciais é que a ação psicopedagógica será proposta e desenvolvida.

Isto, também contribui para que se possa situar a psicopedagogia como uma área de conhecimento interdisciplinar. Neste sentido temos que a psicopedagogia, além de ter o seu referencial na Psicologia e na Pedagogia,

ela também considera as valiosas contribuições, de outras áreas de conhecimento como a Antropologia, a Sociologia, a Fonoaudiologia, a Medicina, a Neurologia, a Lingüística. Desta forma se valoriza a construção de uma educação mais ampla que integre as diversas áreas de conhecimento, na construção dos saberes do aluno.

A prática psicopedagógica prevê além da atuação em clínicas, a atuação em instituições. De modo geral, o atendimento clínico visa intervir em situações de insucessos que já se apresentam instaladas. A atuação institucional ocorre, geralmente, em instituições de ensino, empresas, organizações assistenciais. Esta forma de atuação apresenta um caráter preventivo que visa evitar ou minimizar possíveis situações de insucessos.

Na prática institucional preventiva, um dos aspectos que merece destaque tem sido a dificuldade dos psicopedagogos em propor procedimentos de avaliação e de intervenção. Esta questão também é uma das preocupações de Bossa (2000) ao enfatizar que uma das dificuldades práticas com que se deparam os psicopedagogos brasileiros, reside nos procedimentos diagnósticos para a intervenção. Segundo a autora, a indefinição quanto ao instrumental utilizado no trabalho psicopedagógico merece ser pensada, de forma que novas perspectivas possam daí surgir e atender as reivindicações inerentes à atividade psicopedagógica. Ela também acrescenta que vários autores já se debruçaram sobre esta questão, entretanto enfatiza que ainda há muito por se fazer.

Neste mesmo sentido, quanto aos procedimentos de diagnóstico e intervenção, apresentamos as recentes inquietações de Rubinstein e colaboradores (2004) e Masini (2006). Estas estudiosas enfatizam que a diversidade de práticas psicopedagógicas em função da ampliação do campo de atuação do psicopedagogo impõe o desafio da realização de novos estudos. Esses estudos poderiam se iniciar junto aos cursos de formação do psicopedagogo se estendendo aos programas for-

mais de pesquisa desenvolvidos nas universidades, especialmente junto a grupos de pós-graduação. Isto contribuiria para obtermos uma visão mais aprofundada que expressasse as atuais tendências da prática psicopedagógica brasileira.

Assim diante destas e de outras considerações, o interesse pelo tema psicopedagogia amplia-se e articula-se à experiência de uma das pesquisadoras que atua como professora universitária e coordenadora de curso de psicopedagogia em uma instituição particular de ensino. Merece também destaque, o fato de que este tema se converteu em projeto de pesquisa de doutorado, culminando na elaboração deste artigo entre orientadora e orientanda, junto ao programa de pós-graduação em psicologia.

Nesta perspectiva, o presente estudo ao pretender desenvolver uma investigação sobre a atual prática do psicopedagogo utilizou como referencial além de um levantamento bibliográfico sobre o tema, uma investigação com professores que também são psicopedagogos e que estejam atuando em diferentes instituições de ensino públicas e particulares. Entendemos que isto nos auxilia a melhor compreender os diversos limites e possibilidades da atuação psicopedagógica institucional preventiva no nosso país.

1. O Objeto de estudo, os fundamentos e as relações da psicopedagogia

Existe consenso entre vários estudiosos da psicopedagogia, dentre eles Fernández (1994), Kiguel (1990), Macedo (1992), Rubinstains e colaboradores (2004), Massini (2006) Visca (2002), e outros, de que a psicopedagogia desde a sua origem tem situado o seu objeto de estudo junto às questões diretamente relacionadas à aprendizagem.

Respeitando-se os estudos, o contexto, as particularidades, dentre outras questões, destacamos as contribuições de Macedo (1992) e Visca (1987), que ao enfatizarem o objeto de estudo da psicopedagogia consideram especialmente as questões de origem metodológica, dentre elas, o como?; o quan-

do? o por que?; o para que?; se ensina e se aprende. Com isto a visão positivista de educação cede espaço a uma concepção de ensino e de aprendizagem decorrente da epistemologia genética. Este novo enfoque, realça a construção do conhecimento por meio do aprender fazendo. Com isto passa-se a considerar as etapas de desenvolvimento cognitivo do aprendiz.

Isto segundo Kiguel (1990: 39), vem favorecer a “[...] compreensão do fenômeno da aprendizagem de forma a integrar as várias áreas do conhecimento, considerando ainda, os diferentes níveis evolutivos.” Este mesmo estudioso sugere que será pela interdisciplinariedade, ou seja, por meio da conjugação de esforços das várias áreas do conhecimento e conseqüentemente de vários especialistas, que se poderá intervir no complexo fenômeno da aprendizagem humana.

Assim, ao considerarmos a psicopedagogia como uma área de conhecimentos sensível a questões relativas do processo educacional e a contextualizarmos a partir de seus referenciais teóricos, nos defrontamos especialmente com as inegáveis contribuições da psicologia e da pedagogia. Segundo Visca (1987), a psicopedagogia foi sendo construída como uma área de conhecimento ao mesmo tempo independente e complementar da pedagogia, por considerar as questões metodológicas e em especial o trabalho docente. E em relação à psicologia, por considerar especialmente, as contribuições das escolas psicanalíticas, piagetiana e da psicologia social, por meio de Enrique Pichón-Rivière. A partir destes referenciais, a psicopedagogia enfatiza os aspectos cognoscitivos, afetivos, emocionais, sociais, além de outros.

Portanto partimos da premissa de que a construção de conhecimentos não pode se limitar a contribuições isoladas de qualquer área que seja, mas sim da inter-relação entre elas em função de um objetivo maior. Assim, a psicopedagogia entendida como uma área de conhecimentos, geradora de uma prática interdisciplinar, não pode ignorar as contribuições das várias áreas de conhecimentos.

Diante disto, Lima (1990: 19), apresenta a importância de um “diálogo confronto

especialmente entre a psicologia e a pedagogia de forma que se faça algo mais efetivo em função do sujeito cognoscente”. Desta forma, não se trata de substituir a psicologia pela psicopedagogia, pedagogia, antropologia, filosofia, lingüística, biologia, fonoaudiologia, medicina, ou por qualquer outra área de conhecimento. Entendemos assim que a busca por melhorias educacionais passa pela articulação das diversas áreas em busca de significados para a atuação profissional. Neste sentido estamos incluindo também a atuação psicopedagógica que, no nosso entender, em muito pode contribuir com o sucesso da dinâmica educador-conhe-cimento-educando.

Dentre os estudiosos que abordam as contribuições das várias áreas de conhecimento à área da psicopedagogia, destacamos as de Bossa (2000), e de Stroili (2001). Assim, segundo os estudos desenvolvidos, sobre este tema, temos alguns subsídios que se destacam. Dentre eles, os: *da pedagogia* que ao estudar as diversas abordagens do processo de ensino e aprendizagem procura embasar a ação docente; *da epistemologia e da psicologia genética* que analisa e descreve o processo de construção do conhecimento pelo sujeito em interação com outros e com os objetos; *da psicologia social* que se preocupa com as relações familiares, grupais, institucionais, com as interferências socioculturais e econômicas que permeiam a aprendizagem; *da neuropsicologia* que possibilita a compreensão dos mecanismos cerebrais que servem de base para o aprimoramento das atividades mentais; *da psicanálise* que aborda o mundo do inconsciente, das representações, que se expressa por meio de sintomas e símbolos; *da lingüística* que traz a compreensão da linguagem, da língua enquanto código disponível aos membros de uma sociedade.

Com isto, tomando como referencial a idéia de complementaridade das funções em busca de articulá-las as diversas áreas do conhecimento humano para a compreensão do fenômeno educacional, temos que a psicopedagogia, segundo Fagali (1998), se caracteriza como uma área de atuação interdisciplinar desenvolvida por meio das modalidades, clínica e institucional.

A atuação clínica na psicopedagogia apresenta um caráter terapêutico, inferindo a idéia de cura, de resgate da saúde do aprender. Neste sentido, ela atende aos portadores de dificuldades de aprendizagens, que já se encontram instaladas. Nada impede, porém que ao se diagnosticar e proceder a intervenção, visando eliminar ou minimizar os problemas, também se atue de forma a prevenir outras, possíveis dificuldades. Neste sentido, o trabalho psicopedagógico na clínica, pode também ser considerado um trabalho preventivo. Com isto, o psicopedagogo atua inicialmente realizando o diagnóstico da situação problema para, em seguida buscar as formas mais adequadas para a intervenção. O diagnóstico visa principalmente investigar os quês? e, por quês?, de determinadas situações. A fase de intervenção visa a busca das melhores opções de procedimentos para se efetivar a ação.

Na atuação institucional, segundo Fagali (1998), a ênfase do trabalho psicopedagógico reside na construção de conhecimentos desenvolvidos em nível preventivo. Este trabalho pode ser realizado em diversas frentes institucionais visando evitar o desenvolvimento de possíveis problemas de aprendizagem ou de outras situações que possam comprometer a educação para a vida social. Dentre as possibilidades de atuação institucional do psicopedagogo temos trabalhos na área hospitalar, empresarial, familiar, escolar, e outras.

Em especial, enfocaremos a atuação psicopedagógica institucional e neste sentido podemos constatar que, em grande parte das instituições, o ‘fazer psicopedagógico’ ocorre, de modo geral, tendo como referencial três vertentes. A primeira, quando o psicopedagogo é contratado temporariamente, para uma assessoria psicopedagógica. Neste trabalho, geralmente as intervenções ocorrem diretamente junto ao grupo de docentes que por sua vez, estão em busca de metodologias diferenciadas de trabalho, visando um melhor aproveitamento escolar por parte do aluno. A assessoria pode se dar também junto a pais ou familiares de alunos que apresentam possíveis dificuldades de aprendizagem. Neste caso,

geralmente ocorre o encaminhamento para um atendimento psicopedagógico fora do ambiente escolar. Diante disto, o psicopedagogo dificilmente irá criar vínculos com o grupo, uma vez que seu trabalho, na maior parte dos casos, é esporádico, ou seja, se restringe a encontros semanais, quinzenais e até mesmo mensais.

A segunda vertente se dá quando a instituição escolar contrata o psicopedagogo para integrar a sua equipe de trabalho. Ao atuar junto a equipe escolar, geralmente composta por diretores, coordenadores, orientadores educacionais, professores, alunos, pais, familiares e outros segmentos o psicopedagogo tem a oportunidade de interagir diretamente com o cotidiano das ações desenvolvidas na instituição. Neste caso, ele passa a realizar um trabalho em conjunto com outros profissionais, contribuindo assim, dentre outras questões, com: o desenvolvimento de estudos e reflexões sobre os materiais didáticos escolhidos e utilizados; a organização e seleção dos temas de ensino; o processo metodológico e avaliativo; as situações de sucessos e insucessos escolares; os relacionamentos interpessoais e outros temas e questões que sejam de interesse e necessidade da instituição. O psicopedagogo também além de desenvolver trabalhos sistemáticos junto a equipe escolar pode atuar junto a grupos de pais, ou como alguns estudiosos preferem, junto a 'escola de pais'. Neste caso, dentre outros, o objetivo maior seria a busca de melhorias nas relações entre pais e filhos frente aos desafios de um mundo em constante mudança.

Na terceira vertente temos a presença do professor-psicopedagogo, cuja atuação irá ocorrer diretamente com alunos em sala de aula. Isto certamente favorecerá, um relacionamento de proximidade, de confiança propiciando um melhor conhecimento das possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos. Possibilidade semelhante a esta tem sido alvo dos recentes estudos dos pesquisadores franceses Héту e Carbonneau (2002), que investigam as contribuições dos psicopedagogos no processo de gestão da sala de aula em instituições de ensino da França. Esses pesquisadores enfatizam, dentre outras questões, a importân-

cia do processo integrado de gestão no interior da sala de aula visando um melhor aproveitamento educacional.

Desta forma, ao considerarmos os trabalhos do professor-psicopedagogo, no interior da sala de aula, temos que ele poderá intervir, dentre outras questões, no sentido de prevenir ou minimizar possíveis dificuldades de aprendizagem. Esta tendência se constitui no aspecto central, portanto de maior interesse neste trabalho, pois se vincula diretamente a nossa intenção de investigar o desenvolvimento da prática do professor-psicopedagogo. Nele estaremos enfatizando os possíveis instrumentos utilizados no processo de avaliação e intervenção, visando a realização de uma prática institucional preventiva.

2. Algumas concepções de prevenção e prevenção em psicopedagogia

As primeiras concepções sobre prevenção, historicamente aparecem associadas à idéia de saúde, a idéia de bem estar físico e emocional. Entretanto, Durlak (1997) conceitua a prevenção como um conhecimento multidisciplinar que envolve as diversas áreas de conhecimentos, dentre elas a educação, a psicologia, a medicina, a sociologia, além de outras. Isto se justifica em função da multicausalidade dos fatores e dos objetivos que devem contemplar, os programas de prevenção, em função das necessidades pessoais ou dos grupos. Diante disto, os trabalhos preventivos deverão considerar objetivos múltiplos, dentre eles os de: evitar o aparecimento de problemas, evitar que os problemas já existentes se agravem, reduzir a gravidade de novos problemas ou mesmo, retardar o desenvolvimento do problema.

Historicamente temos, segundo Albee e Gullotta (1997), que as primeiras propostas formais de intervenção em sentido preventivo, consideraram o aspecto mental, emocional e educacional. Essas ações ocorreram no século XX e tiveram como referencial a segunda guerra mundial e a guerra do Vietnã. Assim ao final dos anos setenta, os Estados Unidos foi o primeiro país a oficializar a criação da primeira comissão de prevenção à saúde. Esta

proposta envolvia a participação de diversos profissionais, dentre eles, os médicos, os paramédicos, os psicólogos, os educadores que atuavam junto a vítimas de problemas emocionais. Dentre os problemas mais comuns, entre as vítimas das guerras, estavam a pobreza, a depressão, a raiva, a discriminação, o desemprego. Com o tempo as ações preventivas se ampliaram e passaram a ser desenvolvida junto a famílias e instituições escolares, não somente para as vítimas da guerra, mas sim em sentido preventivo, para toda a comunidade.

Desta forma se amplia a importância e a necessidade do desenvolvimento de programas de intervenção. Os estudos e pesquisas sobre este tema também se expandem. Com isto, podemos encontrar em Albee e Joffe (1977) uma das mais significativas contribuições, ao proporem diferentes níveis para um trabalho preventivo. Assim segundo estes autores, temos a prevenção primária, a secundária e a terciária. A prevenção primária se constitui de ações a serem realizadas visando evitar as situações problemas. Elas ocorrem especialmente por meio do desenvolvimento de programas educacionais. Esses programas são destinados à todos e não somente a um determinado grupo da população. A prevenção secundária consiste em, após o diagnóstico de um determinado problema, propor uma intervenção focalizada a um determinado grupo. Com isto ela tem por objetivo proteger determinadas populações de risco. A prevenção terciária é mais ampla que as anteriores tendo por objetivo a intervenção em populações ou grupos onde os problemas já estão instalados. Desta forma ela visa reduzir os efeitos, as conseqüências desses problemas.

Diante disto, podemos constatar a importância das ações de prevenção, em especial da prevenção primária, pela possibilidade de se trabalhar de forma ampla, ou seja, com toda a população. Isto contribuiria para evitar o surgimento de possíveis problemas, para impedir a instalação de situações indesejáveis, antes mesmo que elas se manifestem concretamente. Programas como este também colabora para o envolvimento e conseqüente comprometimento da coletividade, o que cer-

tamente implicará em melhorias sociais. Com isto, podemos observar que o nível de maior abrangência para o desenvolvimento das ações psicopedagógicas preventivas é o que vai atuar junto aos processos educativos no sentido de evitar ou diminuir os problemas de aprendizagem.

2.1. Intervenção psicopedagógica institucional preventiva

Ao tomarmos como referencial os níveis de prevenção, Bossa (2000) propõe três níveis de intervenção psicopedagógica. No primeiro nível, o psicopedagogo atuaria junto aos processos educativos visando evitar os possíveis problemas de aprendizagem. Para isto, é proposto um trabalho que considere as questões didático-metodológicas, e também a formação e a orientação de professores, além do aconselhamento aos pais. No segundo nível, a finalidade esta em, ao mesmo tempo, diminuir e tratar os problemas de aprendizagem que já se encontram instalados. Para isto, a proposta reside na elaboração de um diagnóstico da realidade institucional, a partir daí se iniciaria a elaboração dos planos de intervenção. Esse plano deverá considerar tanto o currículo como o trabalho dos professores, visando evitar que os problemas, os transtornos, se repitam. No terceiro nível, o objetivo consiste na eliminação dos transtornos que já se encontram instalados. Neste caso, o caráter preventivo estaria em prevenir o aparecimento de outros problemas, decorrentes ou mesmo diferentes dos já eliminados. Para isto, a proposta de intervenção deverá ser a de propor alternativas para minimizar as decorrências dos problemas, além de atuar para prevenir o surgimento de outras conseqüências.

Ao ampliar essas idéias, e enfatizar concretamente a elaboração de ações para o desenvolvimento de propostas de intervenção em nível preventivo, com o objetivo de aprimorar o processo de construção do conhecimento, Fagali e Vale (1994) também propõe algumas alternativas. Essas alternativas consideram a importância da: revisão dos programas curriculares das instituições bem como a articulação dos mesmos aos aspectos

afetivo-cognitivos; atenção para a utilização de diferentes formas de trabalhar o conteúdo programático; elaboração de diversos materiais para uso do próprio aluno de forma a integrar o raciocínio, a afetividade, a cognição, o conhecimento.

Assim, a intervenção psicopedagógica preventiva proposta, toma como referencial a ação curricular e os aspectos afetivo-cognitivos dos aprendizes. No que se refere a questão curricular, se torna evidente a necessidade do desenvolvimento de práticas que sensibilizem os docentes sobre a importância da reflexão crítica e possível revisão de: concepções de educação; organização e seleção dos conteúdos de ensino; metodologia e avaliação. Aliado a isto se destaca a importância de se considerar a existência de vínculos afetivo-emocionais, como possíveis elementos facilitadores do processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, se torna oportuna a constatação de que as propostas apresentadas, apesar de serem muito adequadas e pertinentes, nas ações que são sugeridas, para a intervenção psicopedagógica institucional, não se considera a possibilidade, do professor ser um psicopedagogo. Neste sentido partimos do pressuposto de que, em tese, o professor-psicopedagogo, sendo um profissional especializado e estando diária-mente inserido no ambiente da sala de aula, poderia também intervir preventivamente.

Esta nova configuração, em princípio, oportunizaria a reflexão e a possibilidade de revisão da prática do professor-psicopedagogo e talvez, até mesmo da proposta pedagógica da instituição. Diante disto, consideramos que, este profissional estaria mais sensível a buscar propostas de trabalho que, ao mesmo tempo em que, atendessem aos interesses e necessidades pessoais e sociais de seus alunos, propicias-sem possíveis melhorias nos relacionamentos e no próprio ato de ensinar e de aprender. No que se refere ao aluno, esse professor especializado em psicopedagogia por meio do convívio diário, poderia, dentre outras questões, estar atento para melhor auxiliar no desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional, psicomotor, dos mes-

mos. Desta forma, o professor-psicopedagogo também estaria trabalhando no sentido de fortalecer as relações do grupo, não deixando de considerar a influência da escola, da família e da sociedade.

Ao abordarmos a importância da prevenção e da intervenção psicopedagógica, não podemos ignorar a fase que precede a essas ações. A etapa de avaliar, ou seja, a avaliação psicopedagógica, que deverá anteceder a toda e qualquer proposta de intervenção, seja ela clínica ou institucional.

A avaliação psicopedagógica, de modo geral, aparece associada a uma queixa. Segundo Barbosa (2001), os sintomas registrados em uma queixa, são em princípio, originários das observações desencadeadas na instituição. Essas observações deverão, por um lado, considerar as atitudes da criança ou adolescente ao assistirem as aulas, durante os intervalos e recreios, nas atividades extra classe, nos relacionamentos com os colegas e professores. Por outro lado, na avaliação psicopedagógica a instituição de ensino também deverá ser considerada. Desta forma, a análise da adequação dos materiais didáticos, da proposta pedagógica, da metodologia, da avaliação, associadas a entrevistas com professores, tem se constituído em importante instrumento de avaliação.

Assim diante das diversas possibilidades de intervenção psicopedagógica, podemos constatar, que no Brasil os recursos mais utilizados para a avaliação na instituição, têm sido as entrevistas, as observações, os inventários, as pesquisas, as dinâmicas grupais e em especial os jogos pedagógicos. Contudo a importância da ação psicopedagógica preventiva, deverá sempre considerar a subjetividade do aluno, bem como as particularidades de cada situação, além da complexidade dos fatores que a permeiam.

Uma realidade diferente da brasileira, no que se refere a avaliação e intervenção psicopedagógica, pode ser encontrada na Argentina. Neste país, é prática comum, o psicopedagogo utilizar, tanto na clínica como na instituição, diversos testes como instrumento para a avaliação do aluno. Entretanto o refe-

rencial para o atendimento tanto clínico como institucional está na família e na escola.

Desta forma, as propostas de intervenção, de modo geral, se iniciam a partir de entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas com pais ou familiares, com os docentes ou coordenadores das escolas e com o aluno. Essas entrevistas se constituem em uma anamnese que, com os pais ou familiares, tem por objetivo principal conhecer o histórico de vida do aluno e as relações que permeiam essas histórias. As entrevistas com os docentes, coordenadores ou orientadores, visam obter informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, conhecer a proposta da instituição, a metodologia, a avaliação, o material didático, e especialmente as relações professor e aluno e entre os alunos. A entrevista inicial com o aluno, dentre outros, tem por objetivo o levantamento de hipóteses sobre os comportamentos, os relacionamentos, os interesses, e até mesmo os possíveis silêncios do aluno diante de algumas questões.

Juntamente com a entrevista, o psicopedagogo argentino, também utiliza com as crianças, alguns instrumentos específicos de avaliação. Dentre os instrumentos que irão nortear as propostas de intervenção psicopedagógicas estão os testes de inteligência, as provas de nível do pensamento ou também chamadas de piagetianas, a avaliação do nível pedagógico, a avaliação perceptomotora, os testes projetivos, os testes psicomotores e outros.

Também merece destaque como forma de instrumento mais amplo e subjetivo de avaliação o que Fernández (1990: 44) denomina de “o olhar e a escuta psicopedagógica”. Segundo a autora, essa postura é revelada por meio da disponibilidade do psicopedagogo ouvir atentamente a família, a instituição escolar e o aluno visando formular hipóteses sobre determinados fatos, situações, contextos.

Temos ainda que o referencial teórico mais utilizado na avaliação psicopedagógica argentina, é o da “*Epistemologia Convergente em Psicopedagogia*”. Nesta proposta o psicólogo argentino Visca (2002) parte da concepção de que a psicopedagogia conver-

gente deve considerar as contribuições das escolas de Genebra, da Psicanálítica e da Psicologia Social. Dentre outros fatores, os trabalhos da escola de Genebra subsidiariam os fundamentos sobre a construção do conhecimento, os da escola psicanalítica auxiliariam na explicação de questões relacionadas a afetividade e os trabalhos da psicologia social enfocariam as questões culturais, os processos grupais e suas relações com o indivíduo.

Assim, ao abordarmos a diversidade de recursos da avaliação psicopedagogia institucional na Argentina e confrontá-la com a realidade da avaliação psicopedagógica no Brasil, podemos constatar a existência de um enorme distanciamento entre elas. Talvez a mais significativa diferença relacionada à avaliação e intervenção psicopedagógica resida na própria questão da formação do psicopedagogo. Na Argentina os cursos que formam o psicopedagogo apresentam disciplinas comuns nos dois primeiros anos à formação do psicólogo e do psicopedagogo. Além disso, os currículos dos cursos de psicopedagogia apresentam uma significativa carga horária para disciplinas de técnicas de diagnóstico psicopedagógico, diagnóstico psicopedagógico institucional, intervenção psicopedagógica em instituições escolares, além de outras disciplinas. Isto, dentre outros fatores, favorece a possibilidade da liberação do uso de testes tanto para os psicólogos como para os psicopedagogos argentinos, além de propiciar uma melhor possibilidade de preparação para o exercício profissional.

No Brasil a avaliação por meio do uso de testes psicológicos, de inteligência, projetivos e outros, são de uso exclusivo dos psicólogos. No nosso entender isto é muito coerente, especialmente com os pressupostos que norteiam a formação do psicopedagogo no Brasil que é muito diferente dos valorizados em alguns outros países. Assim temos que dentre outros países, na Argentina, a formação básica do psicopedagogo ocorre após quatro anos de estudos, em nível de graduação. Em continuidade a formação inicial, são propostos cursos de especialização, mestrado ou doutorado.

Na França, a formação inicial ocorre por meio dos programas de ciências da educação. A formação continuada ocorre nos cursos de pós-graduação na área de psicopedagogia. Isto caracteriza uma enorme diferença em relação a atual formação do psicopedagogo no Brasil. Podemos afirmar que, exceto raríssimas exceções, são os cursos de especialização, geralmente com duração de aproximadamente 360 horas distribuídas em um ano letivo, que teoricamente formam o psicopedagogo brasileiro. Não podemos nos esquecer também que estes cursos de especialização recebem profissionais de diversas formações iniciais, porém de 'áreas afins'. Isto certamente se constitui em um diferencial altamente significativo, para o exercício desta atividade, que já se inicia na formação, perpassa pela atuação e reflete diretamente na identidade e na questão da regulamentação da profissão.

No Brasil a psicopedagogia não possui o status de profissão regulamentada, ela está oficialmente catalogadas, junto ao Código Brasileiro de Ocupação – CBO, como uma ocupação. Este fato não desmerece o trabalho do psicopedagogo. Ao contrário, partimos do pressuposto de que este posicionamento além de mais coerente em sentido educacional contribui para se evitar dificuldades que esbarram, sobretudo, na construção da identidade e da legalidade para o exercício profissional.

Se por um lado o exercício da psicopedagogia esbarra na questão da legalidade, por outro lado, temos também a realidade de que vários municípios, especialmente nos estados do Sul e de São Paulo, ignoram o reconhecimento da profissão e realizam concursos públicos para psicopedagogos. No estado de São Paulo, também temos a aprovação do projeto lei n.º 128/2000, que estabelece a assistência psicológica e psicopedagógica em todas as instituições de ensino básico, abrindo a possibilidade do psicopedagogo se integrar profissionalmente na área educacional. Acreditamos que, fatos como estes contri-buem com idéias popularmente disseminadas entre os psicopedagogos de que, apesar da psicopedagogia ainda não ter conquistado o status de ser uma pro-

fissão regulamentada no nosso país, ela encontra-se legitimada.

Desta forma, a questão da formação interfere diretamente na avaliação psicopedagógica perpassando pela possibilidade de construção e sedimentação de um referencial teórico que irá servir de parâmetros para a organização de instrumentos avaliativos e, sobretudo para análises dos resultados obtidos.

3. Objetivos

Diante do exposto são objetivos deste estudo descrever e analisar a prática de professores que também são psicopedagogos, investigar seus possíveis limites e possibilidades. São objetivos específicos:

- caracterizar o professor – psicopedagogo, a partir de alguns dados pessoais e profissionais;
- identificar a instituição em que estes profissionais estão atuando;
- descrever a prática cotidiana do professor - psicopedagogo;
- verificar a opinião dos entrevistados sobre as influências da formação inicial na prática psicopedagógica;
- verificar os trabalhos de intervenção psicopedagógica preventiva e os procedimentos de diagnósticos mais utilizados;
- descrever as propostas de intervenção psicopedagógica considerada como bem sucedida;
- identificar, segundo os participantes, as contribuições da psicopedagogia institucional preventiva, os seus desafios e suas sugestões, para a obtenção de melhorias na prática psicopedagógica.

4. Metodologia

Assim, visando atingir os objetivos propostos buscamos, por meio da trajetória metodológica, dos relatos e das ações, descrever os limites e as possibilidades da prática cotidiana do professor – psicopedagogo. Para isto utilizamos como referencial os dados obtidos por meio de questionário semi estrutura-

do além da análise qualitativa para os dados obtidos.

Para isto, utilizamos inicialmente um pré-teste com dois psicopedagogos, tivemos com isto, o objetivo de verificar validade do instrumento. Diante dos resultados obtidos, o instrumento sofreu pequenas adequações visando atender ao novo universo da pesquisa que passou a considerar o grupo de professores – psicopedagogos que deveriam estar atuando em sala de aula, junto ao Ensino Fundamental, em instituições públicas ou particulares do estado de São Paulo.

Participantes

Os dez professores – psicopedagogos participantes desta pesquisa, foram convidados pela pesquisadora, para que pudéssemos obter um universo variado em termos de tempo de experiência profissional e de realidades de instituições de ensino.

Os entrevistados foram escolhidos intencionalmente em função de pertencerem a diferentes realidades educacionais e atenderem aos objetivos da pesquisa. Isto segundo Thiollent (1986), se apresenta como um princípio perfeitamente adequado ao contexto de uma pesquisa que enfatiza aspectos qualitativos. Apesar do convite, a participação na pesquisa, se deu de forma voluntária, sendo possível que o participante se retirasse em qualquer momento sem que houvesse nenhuma espécie de penalidade ou ônus. Também foi destacado o nosso compromisso em respeitar a privacidade e o sigilo em relação aos dados ou informações obtidos, bem como o nosso objetivo de retornar aos participantes os resultados obtidos com este trabalho.

Material

O material utilizado consistiu de um questionário semi-estruturado. Os participantes da pesquisa tiveram acesso a este instrumento de diferentes formas, conforme a manifestação explicitada. Assim o questionário chegou aos participantes, nos meses de março e abril de 2007, via correio eletrônico ou pessoalmente, isto é em mãos. O questionário

apresentou três partes, sendo que na primeira buscamos informações referentes a dados pessoais dos entrevistados. Na segunda parte, buscamos situar o professor – psicopedagogo quanto a sua formação inicial e continuada e seu tempo de atuação. Na terceira parte, enfocamos os relatos sobre a atuação profissional e a possível existência de intervenções psicopedagógicas preventivas.

Procedimento

No contato inicial com os participantes apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este termo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, por meio do protocolo 362/06, tendo também sido registrado junto a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, por meio da folha de rosto – FR 97120. Ao apresentarmos o termo aos participantes da pesquisa, ressaltamos a importância do registro de aceite, bem como explicitamos os objetivos da mesma além da forma de participação dos envolvidos, e do caráter sigiloso das informações a serem obtidas. Enfatizamos assim que todo o desenvolvimento da pesquisa considerou a preservação da integridade física, cognitiva, afetiva e moral dos participantes. Atendendo assim as normas éticas implícitas nas pesquisas com seres humanos.

Os procedimentos utilizados na pesquisa foram desdobrados nas seguintes etapas:

- Elaboração de pré-teste. O pré-teste foi realizado de forma voluntária com dois psicopedagogos;
- Contato inicial com os professores – psicopedagogos. Neste encontro, foram apresentados os objetivos do trabalho de pesquisa, sendo questionado o interesse ou não em participar da mesma. Em caso afirmativo, o termo de consentimento livre e esclarecido foi entregue, formalizando assim a concordância na participação;
- Encaminhamento dos questionários. Essa etapa ocorreu para os pesquisados que no contato inicial manifestaram o desejo de colaborar com a pesquisa. Conforme a opção de cada participante, o questionário

já foi entregue ao final do contato inicial para que depois de respondido, fosse devolvida por meio de correio, via carta selada. Para outros participantes que desejaram responder por correio eletrônico, foi solicitado o e-mail pessoal, sendo o questionário encaminhado posteriormente;

- Sistematização e análise dos dados obtidos.

5. Resultados e discussão

Os entrevistados são todos professores – psicopedagogo pertencentes ao sexo feminino com idades entre 26 a 50 anos. Do total de entrevistados, 60% são formados exclusivamente em pedagogia, 20% fizeram cursos de licenciatura, sendo, português e inglês e matemática, 10% possui dupla formação, publicidade e propaganda e pedagogia e 10% apresenta a formação em psicologia.

Neste último caso, podemos constatar a existência do psicólogo, atuando como professor em sala de aula. Isto não nos causou grande surpresa, pois é de conhecimento público, a existência de vários outros profissionais que embora não apresentem a formação desejada para a atuação, desenvolvem seus trabalhos como coordenadores, como orientadores educacionais e até mesmo como gestores, especialmente junto a instituições particulares de ensino. Para isto, partimos do pressuposto de que, neste caso, embora não se justifique, o curso de psicopedagogia deve ter contribuído para auxiliar na preparação deste profissional para o desempenho da função de professor - psicopedagogo.

Temos também que 70% dos entrevistados realizaram seus cursos de formação inicial em instituições particulares e 30% são provenientes de instituições públicas de ensino. O tempo de formação inicial dos entrevistados varia entre dois anos a vinte e dois anos. Dos participantes, 90% atuam na formação de origem e somente 10% não atua na formação de origem. Também temos uma variação que compreende a faixa de um a nove anos, para o tempo de formação como especialista em psicopedagogia.

Em relação a instituição de Ensino Fundamental em que os participantes atuam como professores – psicopedagogos, temos que 50% delas são instituições de origem pública, 40% de origem particular. Temos também 10% do total de participantes que atuam ao mesmo tempo em instituição pública e particular.

Ao relatarem como desenvolvem os seus trabalhos os entrevistados indicaram como principais procedimentos metodológicos: aula teórica, aula prática (jogos variados, música, alfabeto móvel), exercícios de compreensão e aplicação, leitura e releitura de textos, produção de textos. Os recursos didáticos relatados foram: livro didático, livro paradidático, materiais concretos, televisão e vídeo.

Os dados obtidos revelam a predominância de duas áreas de conhecimentos, a de língua portuguesa e a de matemática. Isso ocorreu apesar de contarmos somente com um entrevistado formado em língua portuguesa e um formado em matemática que atuam especificamente nestas áreas de conhecimento. Os demais estão atuando preferencialmente nestas áreas, no ensino de 1^a. a 4^a.série. Podemos considerar que isto já era esperado em função das orientações da atual LDB 9394/96, que no artigo 32, enfatiza que o Ensino Fundamental, dentre outros, deverá ter por objetivos o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Desta forma se ressalta o desenvolvimento das habilidades diretamente ligadas à essas áreas. Justamente as duas áreas de conhecimento mais enfatizadas pelos entrevistados.

Entretanto, se por um lado a atual LDB ressalta a importância de um trabalho nas áreas de língua portuguesa e matemática, por outro lado, no mesmo artigo 32, da LDB, outros objetivos são propostos. Dentre eles destacamos os relacionados à compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. Neste sentido também se valoriza o trabalho com outras áreas de conhecimentos, como as de ciências naturais, história, geografia, artes. Entendemos como altamente significativa essa falta

de referências a outros componentes curriculares. Esperamos que isto não signifique a ausência de um trabalho com as áreas de ciências, história, geografia, dentre outras, pelos professores – psicopedagogos, em detrimento da exclusividade para a realização de um trabalho isolado somente com as áreas de língua portuguesa e de matemática.

Os procedimentos metodológicos mais utilizados pelos entrevistados são a aula teórica, a aula prática, exercícios de compreensão e aplicação, leitura e releitura de textos, produção de texto. No nosso entender são procedimentos viáveis que devem ser utilizados de forma variada. Entretanto, independentemente do procedimento que se utilize, enfatizamos a importância de que o professor - psicopedagogo incentive os alunos para que registrem as atividades desenvolvidas. Esta estratégia se constitui em um referencial significativo, pois auxilia na melhor compreensão dos temas estudados, possibilitando a organização de idéias e estimulando a aprendizagem dos alunos. Ela também pode se constituir em parte do processo avaliativo.

Partindo do referencial de que os professores - psicopedagogos utilizam nas aulas práticas, materiais concretos, recorremos a Lorenzato (2006), que se refere aos materiais concretos como recursos didáticos que agem diretamente no processo de ensino e aprendizagem, dependendo dos objetivos a serem atingidos. Assim é de fundamental importância que ao utilizar esses materiais em sala de aula, o professor planeje muito bem o seu trabalho, selecione e organize os conteúdos a serem desenvolvidos bem como a possibilidade de utilização dos mesmos. Diante disto, se torna interessante ressaltar a importância de um trabalho com uma grande variedade de materiais concretos bem como, com a exploração de atividades diversas com um mesmo tipo de material, atendendo assim as diferentes, mas complementares áreas de conhecimentos.

Assim, diante dos dados obtidos junto aos entrevistados, seria altamente relevante que o professor - psicopedagogo construísse uma prática apoiada em sólidos referenciais teóricos e que ao exercê-la, não se limitasse ao ensino de língua portuguesa e matemática.

Outro diferencial a ser considerado na prática do professor - psicopedagogo, se refere a opção de escolha do material didático a ser utilizado. Assim, mesmo que a instituição escolar imponha determinados materiais e recursos didáticos, em especial, o livro didático, que o professor - psicopedagogo não se detenha a este único material. Que ele tenha a sensibilidade de possibilitar aos seus alunos a experiência de trabalhar com diferentes materiais, por meio de diversos procedimentos metodológicos. Também seria fundamental que o professor – psicopedagogo considerasse a possibilidade da efetivação da avaliação diagnóstica. Ela poderia se constituir em um projeto, visando inicialmente, dentre outras questões, a própria organização do como e do quando seria mais oportuno realizá-la. Neste sentido esta proposta possibilitaria melhor situar o aluno, frente as diferentes áreas de conhecimentos, além de se transformar em um recurso de trabalho do professor - psicopedagogo, que se somaria a outros visando uma aprendizagem mais real e significativa. No nosso entender, isso também é atuar preventivamente na sala de aula.

Obtivemos também como resultado que 90% dos entrevistados percebem as influências da formação inicial na atual prática. Eles afirmam que, de modo geral, isto se revela por meio do desenvolvimento de atividades na escola. Isto vem de encontro às idéias de Castanho (2001) ao explicitar que na atualidade se valoriza a formação inicial bem como a formação continuada com base na realidade da prática e na constituição da profissão docente. Deste grupo que consegue perceber as influências da formação inicial na atual prática, se destacam 60% de professores – psicopedagogos que se referem às dificuldades de aprendizagem. Essas dificuldades aparecem compreendendo vários fatores, dentre eles, os de origem cognitiva, emocional, disciplinar. Relacionamos situações como estas às idéias de Visca (2002) ao se referir a psicopedagogia como uma área de conhecimento que favorece inter-relações com outras áreas, não deverá se prender somente a busca de respostas que envolvam a questão cognitiva de forma isolada. Ao contrário, é na interação

dos vários fatores, dentre eles os de origem cognitiva, afetiva, emocional, social, familiar, neurológica, que estão as respostas mais precisas e coerentes às questões de aprendizagem.

Juntamente a isto, temos que 70% dos entrevistados afirmam realizarem um trabalho psicopedagógico preventivo. Constatamos uma tendência, em indicar os jogos como um dos recursos mais utilizados para o diagnóstico visando um trabalho preventivo. Além dos jogos, os entrevistados indicaram os brinquedos, as brincadeiras, os desenhos, as produções escolares, os questionários para entrevistas com a família, a observação, o olhar e a escuta psicopedagógica, o inventário com os registros dos dados.

A importância dos jogos como instrumento avaliativo, para a realização de um trabalho preventivo é inegável, entretanto, Lorenzato (2006), lembra que por melhor que seja um material didático, ele não é garantia de sucesso na aprendizagem. Isto vai depender muito de como o material será utilizado. Isto obviamente também vai depender dos referenciais teóricos do psicopedagogo. Também ressaltamos que os jogos, os brinquedos, as produções do aluno, por exemplo, podem ser utilizados inicialmente como instrumento de diagnóstico e posteriormente como junto às práticas de intervenção, como um recurso metodológico, visando à superação de possíveis dificuldades de aprendizagem.

Os dados obtidos revelam a existência de professores - psicopedagogos que apresentam maior clareza sobre que a atuação preventiva, chegando a apresentar algumas ações concretas. Outros se referem a importância do trabalho preventivo, mas não chegam a apresentar ações para a sua realização, eles apresentam a intenção, mas explicitam como seria o desenvolvimento do trabalho preventivo institucional.

Temos também um significativo grupo representado por 30% dos entrevistados, que apesar de estarem atuando como professores - psicopedagogos em instituições de ensino afirmaram não realizarem um trabalho psicopedagógico preventivo.

Esta realidade é altamente preocupante, uma vez que a psicopedagogia institucional se caracteriza especialmente pelo desenvolvimento de um trabalho em nível preventivo. Desta forma, segundo Bossa (2000), o trabalho psicopedagógico preventivo na instituição, está diretamente relacionado ao processo de ensino e aprendizagem de forma individual ou grupal. Neste sentido caberá ao psicopedagogo, dentre outras ações, identificar as possíveis perturbações no processo educacional, atuar conjuntamente com demais profissionais da instituição, contribuir na orientação do trabalho didático metodológico junto aos docentes, buscar melhorias educacionais. Como, estamos aqui com um grupo de professores - psicopedagogos, entendemos que ações como estas, além de outras, que considerassem especialmente a questão metodológica, afetiva, o envolvimento dos pais e familiares bem como dos demais profissionais da escola, deveriam ser uma constante na rotina de possibilidades de trabalho dos entrevistados.

Ao serem questionados sobre o(s) procedimento(s) diagnóstico(s) utilizados para a intervenção psicopedagógica, os professores - psicopedagogos mais uma vez indicaram os jogos e em seguida as atividades de leitura e escrita. Outros procedimentos também foram citados como: atividades matemáticas, atividades lúdicas, representações, dramatização, desenho, brincadeiras, entrevistas com pais, entrevistas com alunos, observações e a avaliação dinâmica do potencial da aprendizagem - LPAD. Este último procedimento proposto por Reuven Feuerstein, se refere Programa de Enriquecimento Curricular - P.E.I. que dentre outras questões, compreende um trabalho de avaliação do potencial cognitivo.

Os resultados também revelam a dificuldade de muitos dos entrevistados em relatarmos ou até mesmo de situarmos e se posicionarmos sobre a utilização de procedimentos para um diagnóstico institucional. Isto pode ser constatado quando os professores - psicopedagogos confundem procedimentos com materiais utilizados. Assim, temos entrevistados que diante da solicitação de registrarem os procedimentos mais utilizados indicaram

materiais como: notícias de jornais e revistas; atividades que envolvem o uso da visão, da audição, de coordenação motora grossa e fina; histórias clássicas e em quadrinhos.

Diante disto, seria fundamental que os professores – psicopedagogos não tomassem um único instrumento como fonte exclusiva para a avaliação, mas sim considerassem a possibilidade de utilização de vários procedimentos bem como das várias frentes de investigação, dentre elas a escola, a família, as relações sociais, os interesses pessoais e outros. Também deve ser analisada a possibilidade de se recorrer a avaliação de outros profissionais em função das necessidades apresentadas.

Assim temos segundo Rubinstains e colaboradores (2004), que as práticas avaliativas e de intervenção psicopedagógica são extremamente variadas no Brasil uma vez que os psicopedagogos ancorados em suas formações, em seus referenciais teóricos desenvolvem um estilo próprio de avaliação e intervenção psicopedagógica. Elas ainda explicitam que apesar das particularidades, podemos encontrar pontos comuns na prática psicopedagógica brasileira. Isso se revela especialmente na opção em atuar utilizando recursos como os jogos, a observação, o P.E.I., os projetos de trabalho.

Ao serem convidados a relatarem uma intervenção psicopedagógica considerada bem sucedida muitos professores – psicopedagogos a fizeram em várias instâncias. Desta forma eles destacaram intervenções realizadas diretamente com os alunos, com os pais e com outros profissionais da instituição. Os entrevistados também utilizaram ou mencionaram a importância da utilização de vários recursos para isto. Com os alunos os recursos cognitivos mais utilizados foram: histórias, caderno, lousa, leituras, figuras, representações gráficas, materiais concretos para alfabetização, atividades pedagógicas. Com os alunos também foram destacadas situações que envolvem a afetividade, a estimulação, a observação, a auto-avaliação. Com os pais foram destacadas as conversas informais e as entrevistas. Com os demais profissionais as

intervenções para a realização de um trabalho integrado.

A importância do trabalho integrado, já foi apontada por Barbosa (2001), Visca (2002), Saravali (2004) dentre outros, como um dos diferenciais da prática do psicopedagogo. Neste momento, entretanto, retomamos e ampliamos estas idéias destacando a relevância de que o professor – psicopedagogo realize um trabalho diagnóstico e de intervenção, articulado com as equipes interna e externa da escola.

Diante dos relatos de intervenções bem sucedidas, podemos perceber que muitas das questões relacionadas a aprendizagem se misturam as relacionadas a afetividade. Neste caso o professor – psicopedagogo parece assumir a posição de um mediador entre conhecimentos formalmente exigidos pela escola, o interesse dos alunos, o nível de desenvolvimento cognitivo dos mesmos, as expectativas da família, as relações afetivas, dentre outras, que permeiam o processo educacional.

Ao considerar a indicação das contribuições essenciais da psicopedagogia obtivemos junto aos entrevistados resultados que se referem a: busca de melhorias na aprendizagem; melhor compreensão do processo de construção do conhecimento; revisão da própria prática docente; prevenção a problemas de aprendizagem; diagnóstico das dificuldades de aprendizagem; consideração do contexto emocional e cognitivo do aprendiz; possibilidade de realização um trabalho conjunto; avaliação do aluno como um todo; aprendizagem para a ouvir o aluno e sua família; compreensão da complexidade dos diversos fatores envolvidos no processo educacional; desenvolvimento de um olhar diferenciado para a aprendizagem e para as dificuldades de aprendizagem; análise do processo de ensino e aprendizagem a partir do sujeito que aprende e da instituição que ensina; busca de metodologias diferenciadas de trabalho.

Como pode ser constatado, a grande parte dos entrevistados, atribuem como contribuições da psicopedagogia, os fatores que se articulam diretamente ou indiretamente a obtenção de melhorias relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. Entre-tanto

entendemos que a psicopedagogia vai além disto pois, segundo Kolyniak Filho (2001) também seria importante que os psicopedagogos que atuam em escolas, não se limitassem a considerar somente a superação de possíveis dificuldades de aprendizagem. Eles poderiam e deveriam, criar mecanismos pelos quais os alunos pudessem interagir com mais segurança, apreço, solidariedade, respeito, dentre outros valores. Enfim, que a psicopedagogia também pudesse contribuir para a formação ética e cidadã do aluno.

Ampliando os dados obtidos junto aos entrevistados, temos também os estudos e pesquisas dos educadores franceses Héту e Carbonneau (2002), que dentre outras questões, apontam que uma das atuais contribuições da psicopedagogia institucional reside em auxiliar na reflexão individual e do grupo sobre a prática dos docentes e sobre a adequação e diversidade dos projetos da instituição. Essa diversidade se refere, aos projetos institucionais, objetivos esperados, interesses e necessidades dos alunos, seus possíveis limites e suas possibilidades, seus vínculos afetivos, emocionais, familiares e mais recentemente as situações de violência por eles enfrentados.

A seguir registramos os resultados obtidos diante da solicitação de tomar como referencial a relação teoria e prática e indicar os principais desafios na área psicopedagógica. Mais uma vez se destaca a preocupação com elevado número de alunos em sala de aula. E novamente esta situação é apontada como elemento que dificulta o bom desenvolvimento do processo educacional. Juntamente a isto, os entrevistados agora, evocam esta realidade também como elemento desafiador para um trabalho psicopedagógico institucional. Outros fatores também foram apontados como desafiadores da área de psicopedagogia como: a ausência de supervisão que acompanhe o trabalho psicopedagógico; a existência de trabalho psicopedagógico na escola; a existência da psicopedagogia na rede pública de ensino; a ampliação do número de professores – psicopedagogos; a ampliação dos atendimentos psicopedagógicos nas escolas; a possibilidade de auxiliar na superação das dificuldades de

aprendizagem, promovendo a aprendizagem; a realização de um trabalho integrado; o reconhecimento profissional e científico.

Ao retomarmos a idéia do excessivo número de alunos em sala e da dificuldade de se fazer um bom trabalho ou um trabalho psicopedagógico por causa disto, os entrevistados reforçaram as idéias de Angelini (2006) que destaca a existência de condições que impedem ou comprometem a qualidade da educação no Brasil. Dentre elas, esta pesquisadora destaca as classes numerosas; o que se entende por progressão continuada; a ausência de condições mínimas para o trabalho; a desestruturação das famílias; a inadequada formação de muitos professores; a má remuneração dos professores.

Essas questões, com exceção da que se refere a má remuneração, já haviam sido apontadas em outros momentos também pelos entrevistados. Assim entendemos que seria importante que, de um lado, as instituições de ensino, sejam elas públicas ou particulares revissem as questões de caráter estruturais e pedagógicas que possam estar comprometendo a qualidade da aprendizagem. Por outro lado, também se torna fundamental que o professor, se prepare para o trabalho educacional, que após a sua formação inicial, dentre outras questões, ele invista na continuidade de seus estudos.

Neste sentido, a expectativa de trabalho com o professor – psicopedagogo, se torna uma alternativa, se considerarmos que esse profissional já apresenta um diferencial que reside na formação continuada. A isto acrescentamos a expectativa de que ele também apresente uma sensibilidade maior para o desenvolvimento de uma prática diferenciada, que não ignora as possíveis dificuldades dos seus alunos, mas que diante dela, trabalha à partir das possibilidades do mesmo.

A coerência entre a relação teoria e prática, é o elemento essencial que irá fundamentar as ações psicopedagógicas. Isto talvez se constitua em um dos maiores desafios da psicopedagogia, resgatar a concepção de educação do professor - psicopedagogo e sensibilizá-lo para a sua importância no trabalho de diagnóstico e intervenção junto a seus alunos.

Neste sentido temos as contribuições de Moojen (2004), que resgata a importância de um trabalho de diagnóstico e de intervenção coerentes, subsidiados por teorias atuais que, dentre outras questões, considerem os avanços do mundo cultural.

Ao serem questionados sobre as contribuições visando melhorias na atuação psicopedagógica, 90% dos professores – psicopedagogos se manifestaram indicando a necessidade de: diminuição do número de alunos nas classes; investir na continuidade de estudos, melhorias no diagnóstico psicopedagógico, atuar de maneira conjunta considerando o envolvimento da família e dos diversos profissionais, ampliar o número de psicopedagogos nas instituições. Muitas das indicações já haviam sido apresentadas em momentos anteriores, é o caso do elevado número de alunos em sala de aula, da importância a continuidade de estudos, do diagnóstico psicopedagógico e da atuação conjunta com os diversos profissionais.

Ao considerarmos as contribuições apresentadas pelos professores - psicopedagogos, partimos do pressuposto que elas se caracterizam como elementos complementares. Os elementos ou atitudes isoladas, dificilmente se caracterizam como melhorias. Se tomarmos como referencial, por exemplo, a importância da continuidade de estudos, isto certamente influirá na realização de um melhor diagnóstico, na sensibilidade para a formação de uma equipe de trabalho, no desenvolvimento de ações conjuntas, dentre outras questões.

A queixa sobre a dificuldade de se fazer um trabalho de melhor qualidade, por causa do alto número de alunos em sala de aula e a proposta de se diminuir a quantidade considerada como excessiva, não se caracteriza como uma dificuldade exclusiva do professor - psicopedagogo. Temos vários estudos que, dentre outras questões, apresentam a necessidade de se rever o excesso de alunos em salas de aula, especialmente em algumas regiões do nosso país. Dentre esses estudos e propostas, destacamos as do “Projeto Brasil 2022 – Do país que temos para o país que queremos” – que enfoca o tema “A educação que quere-

mos”. Esses estudos foram realizados pelo Instituto PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) que tem a sua principal atividade centrada na educação e contou com a participação de renomados educadores. Os resultados obtidos foram divulgados no ano de 2003 visando a obtenção de melhorias para o país em diversos setores. No que se refere a educação e ao estado de São Paulo, temos por meio do relatório apresentado em 27.04.06, a ênfase dada a necessidade do desenvolvimento de estudos, para que se possa diminuir o número de alunos em sala de aula. Segundo esse mesmo estudo, o estado de São Paulo conta hoje com a média de quarenta estudantes em sala de aula, o que tende a comprometer a qualidade do ensino.

Diante disto, torna-se evidente a necessidade da redução do número de alunos em sala de aula. Entretanto, entendemos que isto não poderá se constituir como condição isolada para a obtenção de melhorias educacionais e muito menos para a realização de um trabalho psicopedagógico preventivo. Outros fatores merecem consideração dentre eles, a própria formação do professor e do psicopedagogo; as condições físicas, estruturais da instituição escolar; a questão curricular; o projeto pedagógico da escola; a avaliação e intervenção psicopedagógica em nível preventivo; a formação de uma equipe para o desenvolvimento de um trabalho integrado.

6. Considerações finais

Os resultados indicam por um lado, a existência de vários elementos limitantes, ou dificultadores do trabalho psicopedagógico institucional. Estas questões perpassam, em muitos casos, pela própria dificuldade de conceber em que se constitui um trabalho institucional preventivo. Juntamente ao desafio de se elaborar e realizar diagnósticos e intervenções na instituição. Estas dificuldades, no nosso entender, dentre outras, se relacionam diretamente a ausência deste tipo de experiência que deveria ter sido propiciada, especialmente pelos cursos de especialização em psicopedagogia e também pelas próprias instituições onde estes profissionais atuam.

Por outro lado, os resultados também apontam para a enorme possibilidade que se constitui o trabalho do professor - psicopedagogo realizado de maneira preventiva na instituição. Como este trabalho estaria sendo realizado diretamente pelo professor - psicopedagogo, portanto, de maneira natural, mas intencional, ele excluiria a necessidade de novos espaços, bem como a de novos profissionais da psicopedagogia que fariam o contato com o professor, visando obter informações para trabalhar com o aluno. Não estamos com isso, excluindo a necessidade de um trabalho extra-instituição, mas estamos atentando para a possibilidade de que este trabalho também seja realizado pelo professor - psicopedagogo, de forma rotineira e preventiva em sala de aula.

Assim, os resultados obtidos revelam uma tendência na direção da importância de se ampliar os trabalhos institucionais preventivos em função de minimizar o surgimento de possíveis dificuldades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que contribui com a autonomia, com a cidadania, com o preparo do aluno para o enfrentamento de novos e constantes desafios.

Neste sentido temos segundo Tonet (2004), que as mudanças sociais estão alterando as características da sociedade e conseqüentemente de seus grupamentos humanos. Isto implica diretamente em alterações na escola e no perfil desejado pela mesma, para seus professores. Desta forma o professor - psicopedagogo se constitui como um profissional qualificado que dentre outras questões, promove condições para que seus alunos tenham de forma contínua e independente, o acesso a cultura. Isto contribui para a melhor preparação do aluno para o desenvolvimento de suas potencialidades e, conseqüentemente para a vida.

Diante disto, apresentamos algumas contribuições que consideramos essenciais para a ampliação do trabalho a ser realizado pelo professor - psicopedagogo em sala de aula. Assim sugerimos que:

- os cursos de especialização em psicopedagogia passem a considerar uma propos-

ta voltada para o trabalho do professor - psicopedagogo, investindo na preparação de seus alunos também para este tipo de atuação;

- os professores - psicopedagogos sejam incentivados a construir instrumentos próprios para uma melhor investigação das situações apontadas como dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Esses instrumentos deveriam considerar a proposta pedagógica da escola, o material didático, o próprio trabalho do professor - psicopedagogo, as expectativas do aluno, da família, os relacionamentos familiares a estabilidade afetivo - emocional, dentre outras;
- a auto avaliação da própria atuação dos professores - psicopedagogos seja uma prática constante, assim como a realização de atividades que desenvolvam a construção e a formação da autonomia e de um autoconceito positivo por parte do aluno;
- a atuação do professor - psicopedagogo seja registrada, discutida e apresentada em fóruns especiais, produzindo material cientificamente qualificado, com conseqüente aumento nas publicações da área.

Essas contribuições, no nosso entender, são viáveis, apesar de ainda convivermos com questionamentos sobre a validade do trabalho psicopedagógico. Questionamentos estes veementemente contestados por vários estudiosos, dentre eles, Bossa (2002), Fernández (2001), Héту e Carbonneau (2002), Visca (2002), ao enfatizarem que a psicopedagogia busca respostas onde as outras áreas de conhecimento parecem ter deixado lacunas.

Desta forma, o valor da psicopedagogia preventiva, já se encontra comprovado, em uma dimensão institucional, ao ser aceita e considerada como um diferencial para a aquisição de melhorias educacionais. A psicopedagogia também já adquiriu o status de ser reconhecida como objeto de pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação, ampliando assim a possibilidade de se estender cada vez mais aos educadores e áreas afins. Mais recentemente estamos constatando a exigência desta especialização ou mesmo a indicação de

literatura referente a esta área de conhecimento, em concursos públicos para professores. Podemos também acrescentar a estas situações, os resultados obtidos neste trabalho, onde os professores – psicopedagogos entrevistados legitimam, por meio de suas ações, a possibilidade da atuação psicopedagógica institucional preventiva.

7. Referências bibliográficas

Albee, G.W. e Gullotta, T.P.(1997). Primary prevention's evolution. Em: Albee, G.W. e Gullotta, T.P *Primary prevention works*. (pp 03-21). New Delhi: Sage Publications.

Albee, G.W. e Joffe, J.M. (1977). *The issues: an overview of primary prevention*. University of Vermont by the University Press of New England, Hanover and London: Albee and Joffe editors.

Angelini, R.A.V.M. (2006). A qualidade da educação no Brasil: um problema de metodologia? *Rev. Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 23(72), 213-220.

Barbosa, L.M.S. (2001). *A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar*. Curitiba: Exponente.

Batista, S.H.S. (2000). Formação de professores: discutindo o ensino da Psicologia. Em. Azzi, R. e Sadalla, A.M.A. (Orgs.). *Teorias implícitas na ação docente: contribuições teóricas ao desenvolvimento do professor prático-reflexivo* (pp.21-38). São Paulo: Alínea.

Bossa, N. (2000). *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394/96*. Brasília. MEC.

Castanho, M.E.L.M. (2001). Sobre professores marcantes. Em: Castanho, S. e Castanho, M.E.L.M. (orgs.) *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. (pp.153 -163). São Paulo: Papirus.

David, M.C. (2004). Edito. *Les Cahiers de Ecole de Formation Psycho Pédagogique de Paris*, 1 (1), 01-06.

Durlak, J.A. (1997). Basic concepts in prevention. Em: Durlak, J.A. (org.). *Successful*

prevention programs for children and adolescents. (pp.01-25). New York: John Winley&Sons.

Fagali, E.Q. (1998). Por que e como a psicopedagogia institucional?. *Rev. da Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 17(46), 37-41.

Fagali, E.Q. e Vale, Z.R.(1994). *Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.

Fernández, A. (1990). *A inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Fernández, A. (1994). *A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Fernández, A. (2001). *O saber em jogo: a psicopedagogia proporcionando autorias de pensamento*. Porto Alegre: Artmed.

Feuerstein, R. (1997). *Teoria de la moficabilidad cognitiva estructural? Es moficable la inteligencia?* Madrid: Bruno.

Héту, J.C. e Carbonneau, M. (2002). *Psychopédagogie de la pratique éducative au primaire: un cadre de référence pour comprendre la gestion de classe*. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.pages.infinit.net/blh/psychoped>. 2002. Acesso em 14.03.07.

Kiguel, S. M. (1990). Abordagem psicopedagógica da aprendizagem. Em: Scoz, B. *Psicopedagogia – o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. (pp. 25-39) Porto Alegre: Artes Médicas.

Kolyniak Filho, C. (2001). O desenvolvimento da aprendizagem na formação do sujeito. *Cad. Psicopedagogia*, 1(1), 92-99.

Lima, E.C. (1990). O conhecimento psicológico e suas relações com a educação. *Em Alberto*. Brasília, 48, 3-23.

Lorenzato, S. (2006). Laboratório de ensino de matemática e materiais didáticos manipuláveis. Em: Lorenzato, S. (Org.) *O laboratório de ensino de matemática na formação de professores*. (pp.03-37). São Paulo: Autores Associados.

Macedo, L. (1992). Prefacio. Em: Scoz, B. *Psicopedagogia – contextualização, formação e atuação profissional*. (pp.VII). Porto Alegre: Artes Médicas.

Masini, E.S. (2006). Formação profissional em psicopedagogia: embates e desafios. *Rev. Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 23 (72), 248-259.

Moojen, S. (2004). Diagnósticos em psicopedagogia. *Rev. Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 21(66), 245-255.

Morency, L.; Bordeleau, C. ; Sormany, J. ; Giroux, P. e Arseneault-Tremblay, F. (2003). Évolution des attentes d'enseignants au préscolaire-primaire. *Rev. Psychoéducation*, 32(1), 105-121.

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais - Projeto Brasil 2022. *Do país que temos para o país que queremos*. Instituto PNBE. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.institutopnbe.org.br>.

Rubinstein, E.; Castanho, M.I. e Noffs, N.A. (2004). Rumos da psicopedagogia brasileira. *Rev. Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 21(66), 225-238.

Saravali, E.G. (2004). A interação social das crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem: reflexões para professores e psicopedagogos. *Rev. Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 21(66), 216-224.

Stroili, M.H.M. (2001). Psicopedagogia: identidade de uma especialidade em construção. *Rev. Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 19(56), 14-16.

Thiollent, M. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, Autores Associados.

Tonet, H.C. (2004). Consultoria em avaliação de desempenho: uma área de atuação do psicopedagogo. *Rev. Assoc. Bras. Psicopedagogia*, 21(66), 256-268.

Visca, J. (1987). *Clinica psicopedagógica – epistemologia convergente*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Visca, J. (2002). *Psicopedagogia: novas contribuições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.